

A proposta conveniente

Qual documento sucederá a Agenda 2030? Lembrando Ignacy Sachs

Por José Eli da Veiga

Valor, 19/04/2024

Por quase 12 milênios, a biosfera não foi bagunçada pelos humanos. Permaneciam de baixo impacto as atividades que eles iam espalhando pelos quatro cantos da Terra. Porém, para que tudo mudasse, bastou um século e meio de industrializações, exacerbadas com “A Grande Aceleração” dos últimos setenta anos.

Os cientistas mais atentos imediatamente indicaram alguns sintomas. O grande marco simbólico foi o livro *Primavera Silenciosa*, lançado, em 1962, nos Estados Unidos, pela bióloga marinha Rachel Carson (1907-1964), em meio a vários desastres, como a longa contaminação por mercúrio da baía japonesa de Minamata ou o súbito acidente provocado, em 1967, pelo navio *Torrey Canyon* junto à costa da Inglaterra.

Também não demorou para que preocupações com o então chamado “meio ambiente humano” alcançassem as mais altas instâncias decisórias, tendo o combate às poluições como principal mote. Em dezembro de 1970, surgiu a agência ambiental dos Estados Unidos.

Só que os correspondentes discursos favoráveis à sobriedade foram vistos com forte hostilidade por quase todo o empresariado e por muitos governos nacionais, especialmente os do “terceiro mundo” e os da “cortina de ferro”. Foi a trinca que se mostrou mais arredia, quando a Suécia conseguiu que a Assembleia Geral das Nações Unidas convocasse, para 1972, uma conferência geral sobre o tema.

Mesmo assim, obteve grande êxito o encarregado de descascar tamanho abacaxi: o canadense Maurice Strong (1929-2015). Graças a uma iniciativa - que não merece ser olvidada -, juntou alguns dos mais influentes “economistas do desenvolvimento” para que redigissem um documento em favor do diálogo.

Pouquíssima gente ouviu falar do relatório, assinado pelos 27 que aceitaram se fechar, entre 4 e 12 de junho de 1971, em desconfortável hotelzinho do vilarejo suíço de Founex. Deixando a redação final a cargo de um incrédulo: o paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998), dirigente do Pnud que, bem depois, em 1990, criaria o IDH.

Deve-se incentivar já a elaboração dos imprescindíveis insumos científicos para superar a precária Agenda 2030

Até 1972, prevalecia o entendimento de que cuidar da natureza sempre seria algo incompatível com a ambição da maioria nas nações ao próprio desenvolvimento. Foi o Founex Report que destravou a Conferência de Estocolmo, favorecendo o início da cooperação multilateral que, um dia, poderá gerar governança mundial da contradição entre mais crescimento econômico e bons cuidados ecossistêmicos.

Deve-se ao ilustre desconhecido relatório o desencadeamento da complicadíssima dinâmica política que levaria, nos idos de 1987-1992, à aclamação da bandeira do “desenvolvimento sustentável” (DS). Sem esquecer que Strong usou seu braço esquerdo - Ignacy Sachs (1927-2023) - para tentar emplacar o slogan “ecodesenvolvimento”, vetado por Henry Kissinger (1923-2023).

Porém, embora legitimada pela sua segunda grande conferência - a Rio-92 -, a bandeira do DS não foi assumida sequer pela própria ONU. A melhor evidência está na iniciativa que levou à Declaração do Milênio, em 2000, à qual foram depois apensados oito “ODMs” (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). Por um triz, não ficou inteiramente de fora qualquer preocupação próxima do que já vinha sendo chamado de “sustentabilidade”.

Para uma reviravolta foi preciso esperar 2015. Diz-se que é até excessiva a atual Agenda 2030, com seus 17 ODS, fruto de inédita participação de organizações da sociedade civil nas discussões da Assembleia Geral. Também parece ter havido demasiado voluntarismo no estabelecimento das suas dezenas de metas. Afinal, a contribuição da comunidade científica chegou apenas na vigésima quinta hora.

Ao longo dos próximos cinco anos, todos esses erros poderão ser bem avaliados, para que venha a ser realista a sucessora da Agenda 2030. Para tanto, serão muito úteis, com certeza, as novas modelagens feitas para o Clube de Roma, sob a liderança do norueguês Jorgen Randers, destacadas, neste espaço, no último 23 de fevereiro (“O que sobrar em 2100?”).

Contudo, tão ou mais imperiosas que alterações nos objetivos, metas e indicadores serão inovações na própria essência do novo documento. Este, sim, um manifesto para o futuro da humanidade. Supondo que ele se torne uma “Agenda 2050”, é conveniente incentivar, desde já, a elaboração dos imprescindíveis insumos científicos a uma radical superação do precário conteúdo da Agenda 2030.

Várias instituições globais poderiam conduzir esses doze trabalhos de Hércules do século XXI. Mas é difícil imaginar alguma mais vocacionada do que a Unesco. Mesmo que isto cause ciúmeira em muitas outras agências do sistema onusiano, é a que mais aproxima ciências e humanidades, além de ter sido pioneira e de vanguarda em 50 anos de lerdá conscientização ecológica.

A muitos, a proposta poderá parecer insensata e mesmo extravagante. Para os que, ao contrário, quiserem pagar para ver, a sugestão é já reler o livro “A Terceira Margem - Em Busca do Ecodesenvolvimento”, do saudoso Ignacy Sachs, traduzido em 2009 pela Companhia das Letras. Com certeza, seria Sachs o primeiro a arregaçar as mangas.

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP.
www.zeeli.pro.br